

MEMÓRIA E ESQUECIMENTO EM ANDROIDES SONHAM COM OVELHAS ELÉTRICAS? (1968) DE PHILIP K. DICK

Taynna Mendonça Marino¹

RESUMO: Na sociedade distópica projetada por Philip K. Dick, pós-Guerra Mundial Terminus, a Terra encontra-se devastada e carregada de poeira radioativa, as memórias coletivas sobre passado são nebulosas e confusas, as lembranças sobre o passado anterior à guerra são fragmentadas e individuais. Devido à experiência traumática, os humanos sobreviventes na Terra, enquanto a maioria emigrou para as Colônias em Marte, não mais tem a memória como parâmetro confiável capaz de comunicar experiências e conferir identidade e coesão social. Na presente comunicação, partiremos da análise da obra de Dick para delinear algumas reflexões sob o viés da relação entre memória e esquecimento, destacando os problemas da precariedade da memória no presente ulterior à experiência traumática e de que modo o esquecimento corrobora para um alargamento do presente.

Palavras-chave: Memória; Esquecimento; Distopia.

A obra de ficção científica *Androides Sonham com Ovelhas Elétricas?* (1968) de Philip K. Dick é uma distopia que trata de expor problemas relacionados à humanidade e à realidade e de questionar o papel da memória em um cenário pós-apocalíptico, e talvez pós-humano, no qual a humanidade não mais se identifica como tal. Nessa narrativa ficcional, encontramos uma narrativa histórica pessimista permeada de críticas a uma sociedade na qual inevitavelmente estaríamos rumando em um futuro posterior a uma grande guerra que haveria modificado profundamente as relações humanas e a capacidade de narrar experiências traumáticas. Sob um olhar atento a essa distopia é possível investigar uma complexa relação entre memória e esquecimento, da qual se trata essa comunicação.

A trama de *Androides Sonham com Ovelhas Elétricas?* se desenrola na cidade de São Francisco pós-apocalíptica de 1992, resultado da chamada Guerra Mundial Terminus, na qual a Terra havia sido devastada e grande parte da população havia partido para colônias

¹Mestranda do Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Federal do Espírito Santo e bolsista CAPES.

em Marte. O planeta ficou reduzido a um lugar inóspito, carregado de partículas de poeira radioativa, com várias espécies de animais e plantas extintas e humanos considerados “especiais” por terem sido geneticamente modificados devido ao contato com a poeira. Além disso, o cenário é ambientado por prédios abandonados habitados pela população remanescente entre “especiais” e aqueles que quiseram ficar por opção própria (DICK, p.27).

Nessa narrativa, o protagonista Rick Deckard é um caçador de recompensas designado a conduzir o caso de “aposentadoria” de um grupo de androides que havia fugido das colônias em Marte e estavam se passando por humanos na Terra (DICK, p.38). Os androides representavam uma ameaça à humanidade e, por isso, o papel do caçador de recompensas era o de capturar os suspeitos, certificar-se de que se tratavam de androides por meio de um teste de “empatia”, e por fim, aposentá-los, isto significava literalmente destruí-los. Em troca disso, Deckard receberia uma recompensa suficiente para que ele pudesse comprar um animal de verdade, tido por essa sociedade do futuro como um artigo de luxo, tendo em vista que os animais se encontravam escassos ou extintos, bem como símbolo de empatia que só humanos poderiam ter para com outros seres.

O período em que essa obra foi escrita reflete os sentimentos sobre o estado da sociedade nos anos 60 e 70 e as realidades da Guerra Fria, além de revelar muito sobre como a memória era trabalhada nos estudos dos teóricos da época do pós-guerra. Após a detonação da bomba atômica de Hiroshima em 1945, o mundo entrou em uma era nuclear: pela primeira vez, países tinham o poder de destruir cidades inteiras. Durante os anos 60, os EUA e a União Soviética travaram uma guerra fria de dois polos em que ambos lados armazenaram números maciços de mísseis nucleares, sendo que apenas um deles poderia ter causado uma quantidade catastrófica de danos se alguma vez lançado. Nesse contexto, a narrativa de Dick insere o problema da memória primeiro a partir do conhecimento de algum tipo de guerra global que teria havido, em que o resultado foi a destruição do meio ambiente e a irradiação de todo o planeta, desastres que autores de ficção científica anteriores à 1945 nunca poderiam ter imaginado; e segundo, por meio da forma como a humanidade lidou com suas memórias e esquecimentos após essa experiência traumática.

A pergunta fundamental que permeia toda a narrativa é “o que é ser humano?”. A experiência traumática modificou a forma como a humanidade se enxergava, como criava relações de identidade e como interagia com o outro, aqui no caso tanto o outro humano como o androide. Ao tentar definir o que é ser humano, poderíamos responder que humanos são humanos pois são capazes de produzir memória, ou que são capazes de alterar o meio ambiente, ou ainda porque podem comprar e vender coisas. Mesmo que haja diversas respostas igualmente válidas, há uma potencial resposta na narrativa que afirma que humanos são humanos pois são capazes de ter *empatia*, isto é, capazes de se pôr no lugar do outro e de sentir afeto por outros seres, e que ela os diferenciaria dos androides, os quais seriam não-empáticos. Os humanos deveriam manifestar empatia, enquanto os androides se mostrariam frios, beirando a psicopatia (ARN, 2016). Uma das formas de manifestar essa empatia seria obtendo um animal verdadeiro (ou um elétrico idêntico a um original) ou uma caixa de empatia. A empatia surge na teoria como o elemento definidor da humanidade, mas na prática a teoria é outra. A ironia de *Androides Sonham* é que embora a empatia fosse exaustivamente propagada como característica da natureza humana, ela não era muito vista em uma sociedade repleta de apatia, solidão e carência de memórias.

Ainda que o problema da memória não seja o cerne dessa distopia (e sim a relação entre humanidade e empatia), ela perpassa de forma secundária toda a obra. Por exemplo, os androides tem memória implantada sobre o seu passado que os fazem achar que são humanos, quando na verdade não os são; de maneira inversa, os humanos carentes de memórias, principalmente devido à ausência de comunicação e transmissão após o trauma da guerra, poderiam tranquilamente se passar por androides. Assim, percebemos que essa humanidade encontra-se em uma crise, na qual a memória não é capaz de lhe conferir uma identidade que produza coesão social e que lhe diferencie daqueles androides.

Nessa sociedade distópica, as duas únicas memórias que a humanidade tem são: primeiro, que houve uma guerra que destruiu tudo, trouxe poeira radioativa, extinguindo inúmeras espécies de plantas e animais e levou à emigração de muitos humanos para colônias em Marte; segundo, é que antes dessa guerra haviam florestas, animais, das mais diversas espécies e que, embora naquele futuro apontasse que tudo isso tenha se tornado escasso ou entrado em extinção, houve uma época anterior de abundância e que é motivo de

nostalgia para alguns personagens. No entanto, eles não sabem ao certo o que levou ao estopim da guerra e como ela terminou, não há uma “memória coletiva” sobre o passado da guerra, apenas lugares vagos na memória. A única coisa que se sabe é que esse evento traumático prejudicou a própria identidade da humanidade carente de experiência comunicável. Com isso a dificuldade de narrar o próprio presente e de projetar expectativas para um futuro, aumentando ainda mais os esquecimentos.

Podemos dizer que, no lugar de uma memória coletiva capaz de conferir sentido às experiências e identidade à humanidade, surgiria o ideal de empatia, uma competência emocional que seria essencialmente humana, comum a cada indivíduo, e que deveria ser o fenômeno compartilhado por toda humanidade e que a identificaria, diferenciando-a dos androides. Essa empatia idealizada é exaustivamente propagada e comercializada pelas mídias e pelo mercado de consumo, no qual os indivíduos desejam e possuem objetos para afirmar sua empatia, tais como a “caixa de empatia” ou animais reais ou elétricos que imitassem os reais, tidos como mercadorias de consumo humano, artigos de necessidade apenas para os seres empáticos. Nesse mercado de consumo homogêneo, vemos que o fetichismo da mercadoria acaba por produzir ainda mais esquecimento, tal como afirma Adorno (HUYSEN, 2014).

Há que se perceber que a busca pelo ideal de empatia é frequentemente posta em questão quando androides passam a manifestar empatia (ou algo similar a ela), enquanto humanos parecem cada vez mais apáticos. Nessa sociedade, a dispatia (como aversão ou antipatia) e a apatia (ausência de afeto) são muito mais presentes do que a própria empatia que tanto se tenta afirmar. Apesar da tentativa de tornar a empatia um elemento comum definidor da humanidade, percebe-se que a empatia do indivíduo em relação à humanidade não é suficiente para substituir a função da memória e para criar uma identidade de grupo, tendo em vista que a memória é o principal meio de coesão social como também de criação e manutenção de identidades. Podemos presumir, portanto, que a fragilidade da memória é o que fortalece a necessidade de se constituir a empatia como um “laço afetivo” entre os humanos. A empatia suprime, ou tenta suprimir, a carência de identidade, já que a memória não serve mais de parâmetro para dizer quem é ou quem não é humano, haja vista que as memórias podem ser facilmente implantadas a ponto de se confundirem com verdadeiras memórias.

Sobre a dificuldade da sobrevivência da memória em *Androides Sonham*, Jackson Arn (2016, p. 6) disserta:

Ao formar novas memórias, humanos constroem relações uns com os outros, amadurecem emocionalmente e ganham conhecimento e sabedoria. Sem memórias, ideias de individualidade e humanidade tornam-se mais difíceis de definir. Mas em *Androides Sonham*, a memória não é um instrumento confiável para humanos que buscam compreender seus mundos. Do contrário, as memórias dos personagens parecem nebulosas e, nas raras ocasiões nas quais personagens lembram-se do passado claramente, as memórias se descobrem artificialmente implantadas. Há ainda as memórias “coletivas” de toda uma civilização; também esses tipos de memórias são nebulosas e não-confiáveis.

Dessa forma, a narrativa de Philip K. Dick mostra uma ambiguidade em relação à importância concedida à memória. Por um lado, ela pode ser “boa” e desejável, principalmente para construir relações entre as pessoas e gerar conhecimento; por outro lado, a memória pode ser “ruim” e indesejável quando nos faz questionar até que ponto pode-se confiar nela, quando há excesso, no caso das memórias implantadas, ou falta dela, quando as memórias são nebulosas, incertas.

Dessa forma, há relações estabelecidas entre memória e tempo que provocam uma complexa relação entre o “lembra” e o “esquecer”. O segundo caso descrito acima nos leva a dois argumentos: o primeiro no qual Rick Deckard, por estar tão familiar ao conceito de memória artificial, parece viver em um “presente perpétuo”, onde a única informação que se pode confiar advém da experiência do agora; o segundo, que por conta das memórias artificiais representarem um “excesso de memória” que se volta ao passado, há uma cegueira em relação à agência humano no presente, tornando-o cada vez mais conformista e alienado, e como consequência, acaba por bloquear as expectativas futuras. O que nos leva a questionar o que faz com que produzamos memórias coletivas e qual a relação entre a memória e a forma como experimentamos o tempo vivido. Podemos inferir que a falta ou excesso de memória pode criar um presente amplo onde este se sobrepõe ao passado e ao futuro ou que esse presente amplo revela um *passado que não passa* e que vai estar sempre presente.

A partir daqui buscaremos dialogar com alguns teóricos que se propuseram a discutir a relação entre memória e esquecimento. Na esteira das reflexões de Maurice Halbwachs, compreendemos que a memória consiste em um fenômeno eminentemente coletivo e não um fato puramente individual. A memória é uma construção social, constituída a partir

das relações mantidas entre indivíduos e grupos, em que o indivíduo só é capaz de recordar na medida em que pertence a algum grupo social, isso significa dizer que a memória individual é sempre um ponto de vista da memória coletiva, ela é um fragmento ou uma visão parcial dos fatos vivenciados pelo grupo. Devido a isso, o indivíduo isolado não consegue formar lembranças ou não as sustenta por muito tempo, pois necessita do apoio dos testemunhos dos outros para alimentá-las e formatá-las. As memórias individuais que não sofrem influências externas, que não tem com quem compartilhá-las, acabam por cair no esquecimento. Esse é o caso, por exemplo, das memórias de eventos traumáticos que não puderam ser comunicados. Mesmo quando constrói lembranças baseadas em experiências individuais, o sujeito recorre a instrumentos que lhe são fornecidos pelo meio social, tais como ideias e palavras. Só assim ele pode tornar sua experiência inteligível e comunicável, ou seja, passível de ser narrada e de tornar-se conhecimento. Sendo assim, podemos afirmar que não há memória em uma sociedade que não comunica suas experiências (HALBWACHS, 1990).

De acordo com Halbwachs, as lembranças podem ser tanto reconstruídas como simuladas. Não é suficiente reconstituir o quadro histórico, isto é, os fatos que fizeram parte de um evento, para que recriemos uma lembrança, pois um quadro vazio não se preenche sozinho, ele seria apenas o saber abstrato a intervir e não a memória. A imagem reconstruída sobre algo que não lembramos com precisão é sempre incompleta, abstrata. Do mesmo modo, as lembranças que acreditamos ter fielmente conservado também podem se mostrar duvidosas, isto é, simuladas ou forjadas por falsos reconhecimentos, relatos e depoimentos (HALBWACHS, 1990).

Afinal, podemos dizer que a memória não é precisa e totalmente individual, pois ela está repleta de reflexões pessoais e lembranças de outras pessoas, que completam e renovam nossas lembranças. Inversamente, também podemos dizer que não há na memória um vazio absoluto, mas sim elementos de lembrança, imaginação e representação histórica exterior misturados. Há em nossa memória individual espaços vazios que são uma região pouco definida, com poucos vestígios, preenchida pelas lembranças de outras pessoas, e que a elas se ligam, aprofundam-se e se juntam, confundindo-se a memória de outros em nós mesmos, por meio de uma reconstrução. Essa reconstrução é um novo quadro do passado, projetado sobre os fatos que já conhecíamos e de bens alheios que se enraízam em nós e não se distinguem mais das outras lembranças.

Em *Androides Sonham*, os personagens sabem que houve uma grande guerra no passado (a Guerra Mundial Terminus), mas eles não tem ideia do que gerou o seu estopim ou como ela terminou. Visto que a memória da humanidade sobre o seu passado está turva e duvidosa, a vida no presente se torna paranoica, imprevisível e inumana (ARN, 2016). Sem uma herança comum ou uma memória comum, os humanos são alienados uns dos outros, a ponto de se sentirem ameaçados pelo outro, que sempre pode ser um androide disfarçado. Conforme o tempo passou e o passado se tornou cada vez mais distante, mais a memória desses personagens se torna distorcida, ainda mais quando ela não é partilhada pelos indivíduos, sendo relegada ao esquecimento. A imperfeição da memória vai ao extremo nessa ficção, mostrando um mundo onde quase toda a memória coletiva desapareceu e as memórias que permanecem são deveras questionáveis.

Jan Assmann (2008) desmembra o conceito de “memória coletiva”, de Maurice Halbwachs, em “memória cultural” e “memória comunicativa”, segundo ele dois modos diferentes de lembrar. Com isso, ele pretende incluir a esfera cultural no estudo da memória, que até então tinha sido ignorada por Halbwachs. Para Assmann, a memória pode ser definida como “a faculdade que nos capacita a formar uma consciência da identidade, tanto no nível pessoal como no coletivo”. Por sua vez, a identidade se relaciona com o tempo e a síntese deles é efetuada pela memória. Há três níveis: no nível interno, a memória é individual e “matéria de nosso sistema neuromental”; no nível social, a memória é “a matéria de comunicação e interação social”, dependendo assim de nossa vida social; e, por último, no nível cultural, temos as objetivações culturais e formas simbólicas como portadoras de memória.

A memória cultural é uma forma de memória coletiva que assim como a memória comunicativa, isto é, a compartilhada pelas pessoas em sua interação social, também transmite a elas uma identidade cultural. Ela é um tipo de instituição, é a memória que possuímos não apenas da interação com outras memórias humanas, mas também com símbolos externos, tais como artefatos, objetos, aniversários, festas, ícones, símbolos ou paisagens. De acordo com Assmann, essas coisas não tem uma memória própria, mas podem nos lembrar, podem desencadear nossa memória, porque carregam as memórias de que as investimos, tornam-se *lieux de mémoire*, como denomina Pierre Nora. A memória cultural também engloba formas não corporificadas que funcionam como lembranças que requerem formas de preservação e recorporificação, tais como

monumentos, museus, bibliotecas, arquivos e outras instituições mnemônicas. Em contrapartida, a memória comunicativa não é institucional, isto é, “não é mantida por nenhuma instituição que vise ensinar, transmitir ou interpretar; não é cultivada por especialistas e celebrada em ocasiões especiais; não é formalizada ou estabilizada por nenhuma forma de simbolização material; pelo contrário, ela vive na interação e na comunicação cotidiana e, por essa razão, tem uma profundidade de tempo limitada” (ASSMANN, 2008). No entanto, seja como memória comunicativa ou como memória cultural, a durabilidade dessas memórias depende igualmente da durabilidade dos vínculos e estruturas sociais. Isso significa dizer que uma mudança de quadros, como no caso de um trauma coletivo, pode vir a provocar esquecimento (ASSMANN, 2008).

No tocante à dependência entre memória e identidade, grupos são formados e reunidos por meio da dinâmica de associação e dissociação, que é sempre carregada de afeição ou de “comunidades afetivas”, tal como denomina Halbwachs. Esses laços afetivos emprestam especial intensidade às memórias, na medida em que lembrar-se é uma realização de pertencimento ou uma obrigação social, portanto, uma pessoa precisa lembrar para pertencer (ASSMANN, 2008).

O contexto em que Philip K. Dick escreve a obra também sugestiona a forma como ele lida com a memória e o esquecimento ao longo da narrativa. Há uma preocupação da geração na qual ele se insere em classificar o esquecimento como “ruim”, indesejável e a memória como “boa”, desejável, na medida em que os crimes contra a humanidade, como o Holocausto, passam a fazer parte de diferentes estudos sobre o papel da memória e o dever de não esquecer. Porém, mais tarde, Andreas Huyssen (2014) advogaria pela política do esquecimento público ao afirmar que a cultura contemporânea é obcecada pela memória e pelo trauma, enquanto o esquecimento é sistematicamente malvisto, sendo constantemente descrito como falha de memória, seja pela total ausência dela ou por seu caráter constitutivo da memória, mas dificilmente como um fenômeno particular de múltiplas camadas tão importante quanto a memória. Para ele, o esquecimento ainda é visto como perigoso ao passo que a memória é exaltada entre filósofos, historiadores e poetas.

Entretanto, apesar de em sua narrativa Dick ainda insinuar o esquecimento como perigoso, pois ele dificulta as relações entre as pessoas e a produção de conhecimento e

identidade no momento ulterior a um trauma, ele também não parece exaltar a memória tal como Huyssen sugere, dado que o trauma pôs a memória em suspensão. As memórias são nebulosas pois não houve comunicação das experiências do trauma da guerra, sendo relegadas ao esquecimento, seja ele produzido naturalmente ou obrigado, tal como os casos de anistia.

Em *Androides Sonham* há memórias e esquecimentos sendo produzidos e é preciso entendê-los como fenômenos autônomos, assim como propõe Huyssen. Quando na narrativa se traz à tona o esquecimento sobre o passado recente da Guerra Mundial Terminus, verificamos que há uma tentativa retroativa de reavivar elementos de uma época anterior à guerra que se transformam em um ideal de humanidade que precisa ser perseguido por essa sociedade de modo que se possa lidar com o presente indesejado de forma um pouco mais suportável. No entanto, essa tentativa se torna nostálgica e falida, pois a humanidade traumatizada não consegue lidar com as experiências recalcadas para ir adiante e esse esquecimento (natural ou obrigatório) sobre o trauma acaba por dificultar ainda mais a memória que se pretende construir. Transformando essa memória em nebulosa e sem aderência com o presente. Ao invés de criar coesão social, ela evidencia a angústia, a solidão e o conformismo.

Na esteira das reflexões de Paul Ricoeur (2007), podemos nos interrogar sobre um “dever de lembrar”, para fins de produzir conhecimento sobre o passado recalcado e estimular a criação de identidade e coesão social; mas também sobre um “dever de esquecer”, considerando o esquecimento em seu papel de acontecimento natural e necessário para se fazerem reivindicações em prol de uma política nacional ou global de memória. Entretanto, Ricoeur destaca que o esquecimento obrigatório (como o caso da anistia), e não como acontecimento natural, pode vir a causar efeitos insidiosos sobre as estruturas culturais da memória.

Desse modo, podemos concluir, por meio de nossas reflexões teóricas e da análise da obra de Philip K. Dick, que o direito ao esquecimento por vezes pode ser tão desejável quanto o direito à memória, pois ele pode tornar o presente passível de transformações e não de apenas sucessivas rememorações que estagnam o presente e bloqueiam o futuro. Mas é preciso destacar que não há memória que se possa sobreviver de forma eficaz sobre as

ruínas de um esquecimento obrigatório. *Deixar* esquecer não é o mesmo que *ter* que esquecer.

REFERÊNCIAS

- ARN, Jackson. Do Androids Dream of Electric Sheep? **LitCharts LLC**, 2016. Disponível em: <<http://www.litcharts.com/lit/do-androids-dream-of-electricsheep>>. Acesso em: 14 jun 2018.
- ASSMANN, Jan. Communicative and cultural memory. In: ERLL, Astrid; NÜNNING, Ansgar. **Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook**. Berlin; New York: De Gruyter, 2008. p. 109-118.
- DICK, Philip Kindred. **Androides Sonham com Ovelhas Elétricas?** São Paulo: Aleph, 2014.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990, p. 53-89.
- HUYSEN, Andreas. **Culturas do Passado-Presente – modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.